

Fenaban pede um programa 'do País, não do Governo'

O Presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Roberto Bornhausen, defendeu ontem, como saída para a crise na qual se encontra o Brasil, "uma proposta de programa abrangente e global, que inclua aspectos sociais, econômicos e políticos e que seja discutida amplamente com toda a sociedade, para que o programa seja do País, e não do Governo".

— Estou muito preocupado com a situação do País. O Brasil vive um momento extremamente difícil, com crise na economia interna, insatisfação social e dificuldades na área externa. É muito importante que não haja radicalizações de forças, mas sim a soma dos esforços na mesma direção — afirmou ele.

De acordo com Bornhausen, a paralisações do trabalho não ajudam a encontrar o caminho para a solução. E preciso, pelo contrário, frisar, "mais trabalho".

Dentro do quadro atual, segundo ele, é urgente a apresentação de um programa pelo Executivo — "já que hoje é ao Executivo que cabe a elaboração de programas" —, que seja objeto de discussão no Congresso Nacional e em todos os segmentos sociais, através dos meios de comunicação, para que se forme um consenso e o projeto obtenha respaldo político.

Na opinião do Presidente da Fenaban e da Febraban, o pacote de

medidas baixado pelo Governo, recentemente, em três etapas, não resultará no controle da inflação.

— O pacote não dará certo — disse ele — porque não foi discutido e minuciosamente explicado pelas autoridades. As medidas foram tomadas novamente de forma unilateral, sem que os brasileiros as tenham entendido. Daí a reação negativa, apesar de que as linhas mestras do pacote estavam na direção correta.

Bornhausen crê que a inflação está acima dos 100 por cento e que não cairá, a curto prazo, porque as autoridades não entenderam que a inflação é "sociológica".

Ele é a favor do fim do gradualismo, ou seja, da intensificação da política de ajuste econômico, achou correta a elevação do preço do petróleo — "que não podia continuar sendo subsidiado" — mas considera que o Governo errou ao ter dialogado pouco, "pois só haverá credibilidade nos efeitos das medidas se estas forem consensuais".

CNI E LIVRE NEGOCIAÇÃO

O acordo político entre trabalhadores e patrões, para garantir emprego, salário e preço, proposto pela Confederação Nacional da Indústria, de acordo com Bornhausen, pode ser um primeiro passo para chegar-se a um programa mais global, consensual.

— Mas não posso falar muito so-

bre este acordo, porque a Fenaban ainda vai se reunir com a CNI para discutir-l-o. Se nós o aprovarmos, subscreveremos a proposta — afirmou.

Quanto à tese do Ministro Delfim Netto, que defende o fim da semestralidade e a livre negociação salarial, disse que a livre negociação salarial é uma prática coerente com a economia de mercado e que portanto a tese "é válida".

Se dentro do programa, a livre negociação fosse colocada em discussão e aceita, Bornhausen acha que poderia ser adotada, mas admite que também seria necessária uma ampla discussão sobre a lei da greve.

O ACORDO COM O FMI

A elaboração do programa com aspectos políticos, sociais e econômicos, de médio e longo prazo, segundo ele, não elimina a necessidade de continuar-se a adotar medidas de curto prazo, para solucionar questões que pedem uma ação imediata.

Bornhausen não acha, no entanto, que o País esteja ao ponto de pedir moratória, "pois as negociações com o FMI e os bancos credores não pararam".

Como banqueiro, ele disse que não colocaria o Brasil na categoria dos inadimplentes, considerando o crédito dado ao País como uma perda, porque trata-se de um cliente que quer pagar.